

JUSTIFICATIVA

A implantação do Sistema Único de Saúde (SUS) tem contribuído para a construção de políticas públicas na área de Saúde Bucal. Este processo é desigual no país, resultando das condições históricas e políticas de cada momento.

A Prefeitura Municipal de São Paulo tem uma longa história na organização de atividades no campo da Saúde Bucal. Destacam-se nesta perspectiva histórica, dois momentos: a gestão do Prefeito Mario Covas (1983-85) e a da Prefeita Luiza Erundina (1989-92).

Diversos pesquisadores e professores universitários têm reconhecido que na primeira gestão petista na Capital, houve um avanço modelar na área de saúde bucal do município, que, inclusive serviu como parâmetro para outras programações municipais exitosas, como as de Santos, Diadema, Belo Horizonte e Porto Alegre.

As ações preventivas em saúde bucal foram implantadas em milhares de espaços institucionais e públicos na cidade, através do Programa Sorria, São Paulo, garantindo-se o fornecimento gratuito de 2 milhões de escovas dentais aos usuários, numa ação de governo intersetorial.

Pela primeira vez na história do país, foi criado um Sistema Municipal de Vigilância Sanitária da Fluoretação de Águas de Abastecimento Público, que viabilizou uma sensível melhoria na qualidade da fluoretação das águas.

A associação destas medidas gerou uma sensível redução nos índices de cárie dental em crianças na cidade, atestado em diversos levantamentos epidemiológicos posteriores, conduzidos pela Faculdade de Saúde Pública da USP e pela Secretaria de Estado da Saúde.

Entre 1989 e 1992, houve um sensível incremento na criação de cargos e na realização de concursos públicos. O número de cirurgiões-dentistas cresceu de 850 para 1.387; o de técnicos em prótese dental de 2 para 16; foram criadas as carreiras e os cargos de atendente de consultório dentário (ACD) e de técnico em higiene dental (THD), sendo que ao final da primeira gestão petista, havia 60 THDs, 450 ACDs e outros 300 profissionais de saúde que trabalhavam em consultórios odontológicos.

Na área assistencial, foram adquiridos 87 novos consultórios odontológicos, sendo que o número de clínicas modulares fixas cresceu de 20 para 42; o de clínicas modulares transportáveis, de 1 para 16 e o de consultórios individuais em unidades básicas de saúde e ambulatórios de 143 para 156.

Avanço significativo foi a possibilidade de se garantir o direito de acesso à assistência odontológica para a população adulta que, anteriormente, só tinha o acesso aos serviços de urgência. Foram criadas treze novas clínicas de especialidades odontológicas e o primeiro serviço de diagnóstico de câncer bucal.

Entretanto, nas gestões dos ex-Prefeitos Paulo Maluf e Celso Pitta, esse processo de construção de políticas públicas em saúde bucal foi interrompido. Atualmente, há apenas 814 cirurgiões-dentistas, 302 ACDs, 28 THDs e 7 TPDs.

A presente iniciativa parlamentar cria uma base de sustentação jurídico-legal estável para o desenvolvimento das ações de saúde bucal, no âmbito do Município de São Paulo reorganizando-as no processo de implantação do PSF e municipalização da saúde.

Encontra-se de acordo, também, com o preconizado pelo Ministério da Saúde (Linhas de Ação da Área Técnica de Saúde Bucal), pela Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (Diretrizes para a Política de Saúde Bucal para o Estado de São Paulo e A Organização das Ações de Saúde Bucal na Atenção Básica-Uma proposta para o SUS São Paulo) e com as resoluções finais dos Encontros Paulistas de Administradores e Técnicos de Serviços Públicos

Odontológicos (EPA TESPOs), dos Encontros Nacionais de Administradores e Técnicos de Serviços Públicos Odontológicos (ENATESPOs) e da I e da II Conferência Nacional de Saúde Bucal.